



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 31 DE AGOSTO DE 1999**

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor. Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores; Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores; Senhores Líderes; Senhores Senadores, Deputados, empresários; Senhores técnicos, funcionários; Senhoras e Senhores,

Este ato, nesta manhã, bem pode ser qualificado como um ato de confiança no Brasil. Quero, em primeiro lugar, agradecer. Agradecer, aqui, a presença tão numerosa e tão expressiva que tem, precisamente, o sentido de mostrar, uma vez mais – não só aqui dentro, mas a todos, mesmo lá fora –, que confiamos no Brasil.

Eu confio no Brasil. Confio no Brasil porque não apenas tem um povo trabalhador e generoso, mas porque tem, hoje, lideranças que são conscientes do momento, sabem das dificuldades, têm coragem para enfrentá-las e não perdem a visão de futuro. Ao dizer isso, agradeço, em

primeiro lugar – ao citar o nome do Senador Antônio Carlos e do Deputado Michel Temer –, ao Congresso Nacional, tão presente nesta reunião; aos Senhores Líderes partidários; aos partidos que dão sustentação ao Governo; aos partidos de oposição que hão de votar os projetos pelo Brasil, pela compreensão que têm demonstrado e pela presença de parlamentares maciça neste ato. Mais uma vez, demonstram a sintonia que têm com nosso país, que hoje sonha com uma só coisa: crescer para ter melhor condição de vida, e que sabe, com muita consciência, que o crescimento, quando não está embasado na estabilidade econômica, é balofa, é fofo, é demagógico, é enganador, e não o queremos. Queremos o crescimento que está sendo construído.

Agradeço, Senador, agradeço, Deputado, sinceramente. O Congresso Nacional nunca nos faltou. Perdem-se as vozes que, tecidas na intriga, imaginam que o Governo não terá a capacidade, junto com o Congresso, de aprovar as leis estruturadoras que vão dar base para esse crescimento. Essas leis serão aprovadas o mais rápido possível, porque o Brasil sabe que elas são necessárias, e o Congresso está sintonizado com o Brasil.

Quero agradecer aos Governadores aqui presentes, de todo coração. Sei, porque já estou há tantos anos no trato da coisa pública, das dificuldades que cada estado enfrenta. Sei do sofrimento, do pagamento das contas no fim do mês. Sei das demandas, sei das insatisfações, sei o quanto dói não poder dar aumento de salário a quem, com muita justiça, pede por aumento.

Sei também o quanto custa ao governador, ao secretário da Fazenda, ao secretário de Planejamento vir aqui a Brasília e tentar ver se consegue desenhar no mapa do Doutor Martus Tavares um pedacinho de estrada para o seu estado, ou vir aos Ministérios da Educação, da Saúde, da Reforma Agrária, dos Transportes ou do Meio Ambiente para pedir que algo seja atendido, muitas vezes voltando ao estado sem ter conseguido esse objetivo, mas entendendo o porquê de não ter conseguido aquele objetivo.

A presença tão numerosa dos Senhores e da Senhora Governadora Roseana Sarney aqui é demonstração de que, a despeito das queixas,

muitas vezes justas, a visão de um Brasil é mais forte do que o apelo pelo interesse momentâneo da sua região.

Gostaria eu de ter podido atender, mais e mais, às várias regiões do Brasil. Mas a responsabilidade nos impõe os limites de, ao dizer sim, construir os meios para que esse sim possa ser efetivado. E é por isso, porque os Governadores também percebem isso, que eles estão aqui. E, sinceramente, vejo, comovidamente, que as queixas que possam existir não sufocam na garganta dos nossos Governadores aquele grito firme de que o Brasil precisa. Ele conta conosco, conto com os Governadores e eles contam comigo.

Agradeço também, empenhadamente, a presença dos Líderes, dos Deputados e dos Senadores. Fui senador tantos anos. Fui líder tantas vezes. Sei também das dificuldades. Sei o quanto custa, muitas vezes, obter um voto justo, mas de difícil compreensão. Um voto que, às vezes, pode custar pela incompreensão, quem sabe, uma eleição. E, não obstante, o voto não me tem faltado. No momento difícil, o voto vem. E não vem pela razões malévolas de imaginar que vem porque obterão alguma vantagem. Se fosse por vantagens, nenhum dos Senhores, provavelmente, estaria aqui, porque elas têm sido muito magras neste governo. São magras porque, primeiro, não queremos nada por vantagens, e, segundo, porque não temos como dá-las. Nunca me faltou o apoio nas coisas essenciais dos que aqui estão presentes, dos muitos que aqui não estão mas que vão continuar votando pelo bem do Brasil. Agradeço, portanto.

Mas eu seria injusto – e não o sou – se não desse uma palavra de muita afeição, de muito agradecimento aos Ministros que aqui estão. E, ao singularizar o Ministro Martus, Ministro recente, mas trabalhador de tantas décadas neste Estado brasileiro, seria injusto se não agradecesse, na pessoa do Ministro Martus, aos Ministros pela compreensão que têm nos cortes que recebem, a cada ano, nos seus sonhos orçamentários e na capacidade que têm de transmitir aos Líderes e às bancadas as razões desses cortes, muitas vezes incompreensíveis, mas que os Senhores, na labuta diária, sabem que, quando são feitos, é porque não temos outra alternativa, e continuam com a chama firme. Agradeço.

As palavras do Doutor Martus, aqui, são de um servidor público. Ele já mencionou os nomes de alguns de seus funcionários, mencionou os de José Paulo Silveira e de Waldemar Giomi, que repito com respeito. Ao repetir o nome desses dois funcionários, desses dois servidores, agradeço às centenas de funcionários públicos que se dedicaram à feitura deste programa de desenvolvimento para o Brasil: homens e mulheres, técnicos da mais alta competência, da administração direta e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para não mencionar as outras instituições do Governo Federal, que se dedicam noites a fio.

Sempre brinco, como ainda anteontem, no fim de semana, conversando com o Doutor Martus, disse a ele, brincando: "Vocês estão trabalhando domingo por que vão ganhar hora extra?" Sabem todos eles que, aqui, não se paga hora extra a ninguém, há muitos anos. Aqui, o que se paga, quando se paga, é o coração alegre de saber: "Trabalhei pelo meu país." E são noites a fundo, a fio, de luzes acesas na Esplanada dos Ministérios, para, no dia seguinte, ler-se nos jornais que a administração pública não é bem qualificada, que não sabe, porque isso e porque aquilo. Não nego que isso exista, mas não naqueles que estão, realmente, dando o melhor de si para fazer deste país um país digno de seus filhos. Agradeço, penhoradamente, ao trabalho dedicado desses técnicos do Governo e das empresas consultoras.

O Vice-Presidente da República tem sido companheiro constante do Presidente. Tem sido alguém que, muitas vezes, não preciso sequer falar: ele já atuou. Muitas vezes, me traz uma notinha, um artigo que me passou despercebido. E, para que eu poupe meu tempo, ele próprio, à mão, riscava a parte mais importante para que eu a leia. Agradeço a felicidade de ter um homem como Marco Maciel a meu lado neste momento.

Eu queria lhes dizer que esse trabalho imenso, que vem sendo feito há muito tempo, não é uma improvisação. Não estamos dando resposta a outra coisa senão ao sentimento do Brasil. Estamos dando resposta – veremos, depois, como vai se concretizar – aos anseios que foram levantados neste país na campanha de 94, na campanha de 98, nos debates infinitos no Congresso, nas convenções dos nossos parti-

dos, no debate pela imprensa, nas associações de classe, nos sindicatos, que querem saber o rumo do Brasil. Rumo não se improvisa. Rumo se tece, se constrói no dia-a-dia. Rumo não é uma idéia genial. Rumo não é um palpite, não é um gesto dramático ou demagógico. Rumo é uma construção.

Hoje, aqui, estamos diante de uma construção que não é um projeto de desenvolvimento no sentido simples, não é um plano de ação. É dar continuidade a um projeto de nação. Não se trata, obviamente, de imaginar que um projeto de nação se esgote num plano plurianual de investimentos ou com o título de Avança Brasil. Um projeto de nação é algo mais amplo do que isso. A nação é maior que o Estado. A nação é maior do que as atividades que o Estado pode desencadear. A nação é maior do que um orçamento ou do que muitos orçamentos. A nação é um sentimento que se concretiza no dia-a-dia, no cotidiano das pessoas; é uma visão que essas pessoas têm dentro de si, dos seus corações e das suas mentes, de imaginar um futuro para este país.

Estamos aqui fazendo uma parte desse projeto de nação. Não nos venham dizer que o Brasil não tem um projeto, nem nos venham dizer que o projeto do Brasil se confunde com um programa de um partido ou com uma aspiração – ainda que justa – de um segmento da sociedade ou, simplesmente, ainda que importante, que seja coincidente com um programa de governo.

Um projeto de nação é mais do que isso. É um somatório de tudo isso. Ele requer também uma crença muito forte dos nossos filhos, dos nossos netos, dos que vão prosseguir na construção deste país. Mas nós, como geração, não podemos falhar. Já demos alguns passos na construção desse projeto nacional. E esse projeto nacional tem que ser embasado num roteiro.

Apresentamos apenas uma parte desse roteiro, não como no passado, quando se imaginava um roteiro que pudesse ser definido pelo Estado, num plano ou num conjunto de planos plurianuais que fossem definir os investimentos de cada setor da sociedade, ou que fossem dar, quem sabe, benesses para que um setor crescesse mais depressa que o outro. Ou que fosse fechar as barreiras alfandegárias para permitir que, mesmo sem

competência técnica necessária, houvesse crescimento. Ou que fosse feito através do imposto inflacionário que concentra renda nas mãos de uns e destrói as vidas de milhares de famílias.

Não. Não se trata de um projeto concebido como se o Estado fosse o Leviatã, como se o Estado fosse a alavanca para desenvolver, às vezes, setores que não podem ser desenvolvidos ou para dar recursos àqueles que não têm competência para bem usá-los. Não. É mais modesto e mais ambicioso do que isso o que nós estamos apresentando hoje. Mais modesto porque – repito – um projeto de nação se constrói muito mais amplamente do que o de Estado. Mais ambicioso porque estamos apresentando um conjunto de possibilidades que vão requerer parcerias. Que vão requerer a complementaridade da ação dos governos estaduais, dos municipais, com as ações da sociedade, com milhares de ações da sociedade.

Mas, aqui, o que queremos é simplesmente mostrar – e já o disse o Doutor Martus – que temos hoje a possibilidade de visualizar esse Brasil no curto prazo. O Orçamento de 2000 será apresentado hoje. Já foi entregue ao Congresso. Ali estão cerca de 350 programas. Não estamos dividindo o Orçamento burocraticamente em ministério tal ou qual. Serão programas gerenciados dentro do Estado com responsabilidades pessoais e específicas, como fizemos com o Brasil em Ação. Programas cujos recursos estão definidos, já se considerando a estabilidade como um valor necessário e essencial e que, portanto já contém, na sua programação, a necessidade de um superávit primário para garantir que possamos continuar baixando as taxas de juros para abrir um horizonte de crescimento mais sustentado.

São programas, portanto, que têm viabilidade testada em mecanismos bastante complexos durante muitos meses – mais de um ano – no BNDES e com os consultores, em cooperação com os vários ministérios. São programas que têm viabilidade concreta no seu aspecto financeiro e na sua execução, e são calculadas as consequências práticas – já direi quais são – de cada um desses programas. É uma nova forma de apresentar o Orçamento.

O Orçamento passa a ser a peça essencial para o Congresso. O orçamento dirá o que será e o que não será feito. Dirá ao País o que será feito com o recurso do contribuinte, com o tributo do contribuinte, que vai, sim, pagar imposto, mas vai saber onde vai ser aplicado esse imposto, programa por programa, e saberá quem é individualmente responsável pela execução de cada um desses programas. É uma revolução, repito, é uma revolução na estrutura do Estado brasileiro, na estrutura do Governo brasileiro, que foi sendo feita, silenciosamente, enquanto se gritava pelas ruas, muitas vezes de forma injusta, que o Governo não procurava outra coisa a não ser a estabilidade. Como se a estabilidade não fosse a pedra fundamental para possibilitar tudo mais que nós estamos construindo.

Estamos reformando o Estado por dentro. Não estamos apenas – e já disse tantas vezes – reorganizando o Estado, que não é mais o investidor direto na economia, é o regulador. Estamos criando instituições de regulação. Estamos também modificando o que é o Orçamento, dentro do Executivo, na essência mesma da ação administrativa, no modo pelo qual estamos desencadeando as nossas várias ações administrativas.

E isso requer liderança. E liderança, no mundo moderno, não é imposição de um algoz. Não é um histrionismo, é compreensão, motivação, coordenação, persistência e firmeza no rumo. Temos os instrumentos para levar adiante essa transformação que estamos fazendo no Brasil. Não poderia dar o passo que está sendo dado, a partir de agora, se o Congresso Nacional não anuísse a isso, naturalmente, se nós não tivéssemos tido a experiência do programa do Brasil em Ação, que realizou uma série de modificações importantes na infra-estrutura brasileira e permitiu uma série de programas econômicos e sociais de grande significado.

Tudo o que estamos preparando tem por objetivo um Brasil mais justo. O objetivo é ter um Brasil mais justo.

Quando forem olhar aqui – e, infelizmente, nem todos poderão ver, tantos são os presentes aqui – o dispêndio dos programas do Avança Brasil, do ano 2000 ao ano 2003, verão que 59,4% – a parte em amarelo – se destinam ao desenvolvimento social.

Não nos venham dizer que o Governo não olha para o social. Mais da metade do dispêndio proposto é para a área social.

Mas nós queremos também um Brasil mais forte.

O Brasil, para ser mais justo, precisa de saúde, educação, acesso à terra, assistência social, precisa também de infra-estrutura. A infra-estrutura não supre aquilo que também o Governo está estimulando, que é a reestruturação produtiva da economia brasileira. Estimula, através do BNDES, as reorganizações. Não com o BNDES transformado em hospital para salvar empresa falida, mas, sim, apontando, como fazemos aqui, nesse planejamento indicativo, as necessidades da reorganização do setor siderúrgico, do setor petroquímico, do setor de papel e celulose. Enfim, dos vários grandes setores da economia brasileira. Faremos isso.

Não é um programa de planejamento, isto é um mercado. Mercado que não dispensa os grandes órgãos financeiros do Governo, o Banco do Brasil, o BNDES, sua regulação pelo Banco Central, o Banco do Nordeste e assim por diante. Isso é um mercado. E lá está sendo feita, também, essa reestruturação produtiva, e cada vez mais olhando para o micro e o pequeno empresário. Não por acaso tomei decisões sobre o Cadastro de Inadimplentes. Não por acaso temos hoje uma atenção crescente no financiamento à exportação das médias e pequenas empresas. Não por acaso temos o giro rápido do Banco do Brasil para permitir que os empresários menores possam, com mais facilidade, ter acesso ao crédito. Mas isso é o outro lado da medalha. É o lado que requer a ação da sociedade civil e dos empresários: o mercado. Aqui, é uma cooperação entre o mercado e o Governo, a infra-estrutura.

Já darei alguns exemplos do que significam esses investimentos que são de 21% na área de infra-estrutura, dos 985 bilhões de reais que serão o conjunto só desse programa. Não são o conjunto de investimentos do Brasil, que é muito maior. Só de 2000 a 2003, no Avança Brasil, vamos ter 21% de investimentos na infra-estrutura. Dirão: mas o Governo não tem dinheiro, como vai fazer isso? Vai fazer como tem sido feito: através da parceria com a iniciativa privada e através de mecanismos de financiamento que permitem a continuidade desse trabalho.

Brasil mais justo, Brasil mais forte, mas também Brasil mais competente e mais competitivo. Por consequência, o outro eixo fundamental para o nosso desenvolvimento está aqui: é informação, é conhecimento. Precisamos ter uma sociedade com capacidade técnica. Estamos distribuindo às escolas públicas – públicas, repito – todo o acesso à tecnologia da informática. Temos um sistema de pesquisa, e é bom que se diga, que é o maior no Terceiro Mundo – se é que a expressão Terceiro Mundo ainda tem alguma sustentação válida. Tirando os países mais ricos, o único país que tem um sistema de apoio à pesquisa é o Brasil. O único país que tem, na magnitude que nós temos. Não é invenção de um governo. É compromisso de uma nação. Por isso digo: estamos aqui num projeto nacional de desenvolvimento.

Há décadas, damos bolsas de estudos. Poderiam ser mais, poderiam ser menos, poderiam ser melhor distribuídas ou pior distribuídas, mas nós temos essas bolsas. Formamos nossos cientistas. Se nós não formássemos os nossos cientistas, os nossos tecnólogos, não estaríamos avançando na agricultura com a Embrapa criando sementes novas, variedades novas, ocupando esses cerrados imensos. Quando eu era estudante, diziam que era uma área imprestável para o plantio. Hoje, é riqueza pulsando no coração do Brasil.

Se não houvesse tecnologia brasileira, não teríamos a Petrobrás aumentando a sua produção em águas profundas, nas quais temos a vantagem tecnológica em escala mundial. Se não tivéssemos a capacidade tecnológica de que nós hoje dispomos, não teríamos tido o avanço das fibras óticas no Brasil, para não falar dos vários outros setores. Precisamos de informação e conhecimento para ter mais competência e competir melhor.

Obviamente, também não podemos esquecer que o Brasil tem de ser preservado para gerações futuras. A dimensão ecológica, a dimensão ambiental fazem parte essencial de um legado que a nossa geração tem de deixar para gerações futuras. Não podemos deixar de olhar, permanentemente, a necessidade de estarmos sempre com a preocupação do meio ambiente. Certamente, teríamos que olhar o tempo todo por justiça e cidadania. Teríamos que olhar o tempo